



CERP USP

**Centro de Pesquisa da
Religião e Políticas Públicas**

CERP Estudo Institucional No. 1

**Subsídios Religiosos, a Ascensão das Igrejas Evangélicas e suas
Consequências no Congresso Nacional**

Raphael Corbi
Fabio Miessi

Fev, 2022



Subsídios Religiosos, a Ascensão das Igrejas Evangélicas e suas Consequências no Congresso Nacional

Raphael Corbi¹, Fabio Miessi²

¹ FEA-USP

² Norwegian Business School (BI) e Insper

Resumo:

- Nossa análise mostra que os evangélicos aumentam a sua participação de mercado em relação aos católicos à medida que as isenções fiscais para todas as igrejas favorecem a abertura de igrejas de menor porte.
- Estimamos que a abertura de um templo evangélico leva a um aumento significativo nos votos da bancada evangélica no Congresso: a proporção de votos aos evangélicos eleitos para o Congresso brasileiro teria sido 20% menor se os subsídios tivessem sido removidos.
- No geral, os resultados sugerem que os subsídios fiscais têm efeitos assimétricos na disseminação de diferentes religiões, bem como um papel relevante na crescente representação política dos grupos evangélicos.

Introdução

Nas últimas décadas, a religiosidade global passou por profundas transformações. Apesar da natureza multifacetada dessas mudanças, duas tendências importantes têm sido destacadas pelos estudiosos (Chaves, 2011; Putnam et al., 2012; Barro e McCleary, 2019). A primeira diz respeito aos níveis decrescentes de religiosidade experimentados por diferentes populações, independentemente das suas tradições socioculturais e políticas. Os níveis de religiosidade em termos de crença e prática estão em níveis historicamente baixos na maioria dos países da OCDE, assim como o agnosticismo e o ateísmo têm aumentado constantemente na maioria dos países (Pew, 2018). A segunda mudança-chave no mundo da religião é a dramática ascensão dos evangélicos, especialmente das igrejas pentecostais e carismáticas, que agora comandam um quarto do cristianismo mundial (Pew, 2006b).¹ O Brasil, a maior nação católica do mundo, viu, nas últimas décadas, a disseminação dos evangélicos e o declínio no número de católicos, com uma corrosão da influência da Igreja Romana em várias dimensões (Alves et al., 2017). Um padrão semelhante pode ser encontrado em graus variados na maior

¹ O termo evangélico abrange a maioria dos protestantes teológicos conservadores (Putnam et al., 2012). Na América Latina, o termo é comumente usado como um conceito guarda-chuva, que inclui principalmente os movimentos pentecostais, neopentecostais e neocarismáticos. Membros das igrejas protestantes históricas, como luteranos e calvinistas, não são abrangidos pelo termo.

parte da América Latina e entre os latinos dos EUA, bem como em muitas partes da África e da Ásia.

Subsídios Religiosos

Embora a literatura tenha analisado diversas explicações para a segunda tendência,² o papel do financiamento da religião sobre ela continua sendo um tema pouco explorado. Em um trabalho de pesquisa recente, estudamos como o apoio financeiro público às religiões afeta as participações relativas de católicos e evangélicos, e discutimos importantes consequências políticas desse fenômeno para as democracias modernas.

Nosso foco na interação entre subsídios às igrejas e a estrutura dos mercados religiosos é motivado por dois fatos. Primeiro, a literatura enfatizou que os subsídios são centrais para entender muitos aspectos dos mercados religiosos – mais do que outros fatores, como a teologia, as práticas e a política da igreja (Iannaccone e Bose, 2010). O papel central desempenhado pelo apoio estatal nos mercados religiosos é enfatizado em Barro e McCleary (2019), que afirma que uma questão importante na economia da religião é "(..) como a religiosidade responde aos desenvolvimentos econômicos e à regulação governamental, subsídio e supressão. Outras questões dizem respeito (...) [a] como os subsídios e regulamentações estatais influenciam as atividades religiosas." Em segundo lugar, os subsídios a uma ou mais religiões são difundidos e adotados por um grande número de países, em todos os continentes (Pew, 2017).

Embora as igrejas provavelmente cresçam como resultado dos consideráveis benefícios financeiros que a maioria dos países concede a uma ou mais igrejas na forma de subsídios (Pew, 2017; Cragun et al., 2012), entender suas consequências para a estrutura dos mercados religiosos não é trivial. O efeito dos subsídios na distribuição de quotas de mercado entre denominações dependerá não apenas da forma do subsídio (Dunne et al., 2013; Fan e Xiao, 2015; Maican e Orth, 2018), mas também das assimetrias nas tecnologias empregadas pelas igrejas para construir e operar locais de culto – ou o modelo de negócio – que, conforme documentamos, parecem diferir significativamente entre os evangélicos e a Igreja Católica.

Subsídios Estatais e Competição

Para superar esses desafios, usamos insights da literatura de organização industrial para desenvolver um jogo dinâmico de abertura de igrejas (Ericson e Pakes, 1995; Aguirregabiria e Mira, 2007; Bajari et al., 2007; Pesendorfer e Schmidt-Dengler, 2008). Nosso modelo assume que os templos operam como unidades maximizadoras de lucro (Rennhoff e Owens, 2012; Walrath, 2016; Hanson e Xiang, 2013). Condicionado às características do mercado local (tamanho, número de outras igrejas concorrentes, etc.), as igrejas decidem abrir templos nesse mercado ponderando o valor presente do fluxo esperado de lucros gerados pelos templos e os custos de entrada, irreversíveis, incorridos pelas igrejas para abrir novos templos. Para estimar os parâmetros do modelo – incluindo custos irreversíveis de entrada e custos operacionais fixos – utilizamos

² Exemplos incluem o papel da mídia de massa evangélica (Corbi e Komatsu, 2019; McCleary, 2017), um conjunto diferente de valores e crenças (Pew, 2006a) e a comunidade da igreja como fonte de seguro informal (Auriol et al., 2020).

dados de entrada e saída de templos em uma amostra de municípios brasileiros entre 1991 e 2018.

O Brasil é um caso interessante para estudar os efeitos dos subsídios na distribuição de participação de mercado entre evangélicos e católicos porque os evangélicos vêm crescendo de forma constante nas últimas décadas e porque no Brasil, como em muitos outros países, nenhuma igreja paga impostos a nenhuma esfera de governo. As estimativas indicam que a presença de um templo de uma igreja incumbente em um determinado mercado reduz significativamente os lucros das outras igrejas que operam nesse mesmo mercado. Aqui, vale destacar que nossos resultados mostram que as igrejas evangélicas e a igreja católica têm modelos de negócios muito diferentes. Os custos de entrada das igrejas evangélicas são substancialmente menores do que os custos de entrada da igreja católica; por outro lado, os custos operacionais fixos dos templos católicos são muito menores do que os custos operacionais fixos dos evangélicos. Como ilustrado na Figura 1, esses achados são consistentes com o fato de que os templos evangélicos são mais funcionais e costumam funcionar em espaços alugados – que tendem a reduzir os custos de entrada e aumentar os custos fixos de operação – enquanto os templos católicos são mais elaborados e operados em propriedades pertencentes à Igreja Romana.

Figura 1 – Exemplos de construções de igrejas católica e evangélica

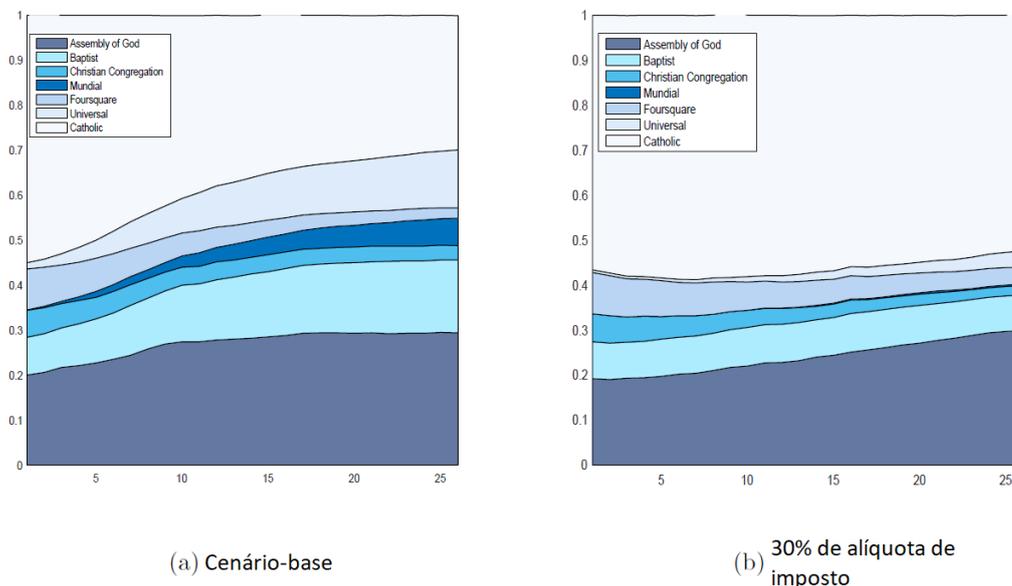


Essas diferenças no modelo de negócios adotado pelas igrejas católica e evangélica parecem sugerir que a tributação dos lucros dos templos pode ter efeitos assimétricos nas igrejas católica e evangélica. Para examinar mais de perto essa questão, usamos o modelo para simular a distribuição das participações de mercado – medida como o número de templos de uma determinada denominação em um determinado mercado

(em cada ano) dividido pelo estoque total de templos em operação naquele mercado (em cada ano) – entre as denominações evangélicas e a Igreja Católica em um cenário contrafactual onde os templos pagam uma alíquota de imposto de 30% – próxima à média do imposto corporativo no Brasil – sobre lucros variáveis. Comparamos a distribuição de quotas de mercado neste cenário com a distribuição de quotas de mercado no cenário-base, no qual as igrejas estão isentas do pagamento de impostos ao governo.

Por exemplo, caso todas as igrejas pagassem um imposto de 30%, os modelos estimados sugerem que, no universo composto pela Igreja Católica e pelas seis maiores denominações evangélicas,³ a participação da Assembleia de Deus (maior denominação evangélica do Brasil) teria crescido de aproximadamente 20% para 30% entre 1992 e 2018, com seu estoque de templos crescendo de 34 (2012) para um valor entre 52 e 53 (2018). Por sua vez, a participação da Igreja Batista teria permanecido estável, em torno de 8% (14 templos), durante todo o período de análise, assim como a participação da Igreja Católica (com uma pequena alteração, de 56% para 53% entre 1992 e 2018, equivalente a uma redução no número de templos de 100 para 92). Por fim, a participação das demais igrejas evangélicas teria caído de 16% para 9% entre 1992 e 2018, com o estoque conjunto de templos desse grupo caindo de 28 para 17 no mesmo período. Resultados da Figura 2 sugerem que os subsídios estimularam a abertura de templos de todas as denominações, mas beneficiaram mais igrejas evangélicas, em particular as pequenas denominações.

Figura 2 – Previsão de quotas de mercado



Consequências Políticas

Como ilustramos, os subsídios às igrejas são importantes para explicar o crescimento dos evangélicos. A ascensão dos evangélicos e, mais especificamente, dos pentecostais,

³ Assembleia de Deus, Batista, Congregação Cristã, Mundial, Quadrangular e Universal.



provavelmente terá consequências para vários aspectos da vida nas sociedades modernas. Talvez a mais óbvia dessas consequências seja o notável aumento da representação política de grupos evangélicos em várias instâncias políticas dos países (Pew, 2006a). No Brasil, onde o número de representantes ligados diretamente a grupos evangélicos saltou de 27 em 1994 para 187 em 2018, esse fenômeno é particularmente evidente. Motivados por esse fato, também simulamos os efeitos dos subsídios religiosos na composição do Congresso brasileiro.

Para fazer isso, exploramos o momento escalonado das decisões de entrada da igreja nos municípios e estimamos as respostas da parcela de votos recebida pelos membros evangélicos do Congresso para a entrada de igrejas evangélicas nos municípios brasileiros.⁴ Em seguida, combinando essas estimativas com os contrafactuais produzidos pelo jogo dinâmico, mostramos que os subsídios às igrejas tiveram um efeito substancial na parcela de votos recebida pelos candidatos evangélicos. Encontramos um aumento de 3,5 pontos percentuais após a entrada no templo na parcela de votos recebida pelos membros do Congresso que formam a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) – a bancada evangélica no Brasil.⁵

É importante ressaltar que nossos resultados indicam que o momento de entrada de um templo pentecostal não é projetado como uma resposta às tendências nos resultados políticos. Parte do efeito vem da mobilização, por meio de maior participação.⁶

Finalmente, combinamos essas estimativas com nossos cenários tributários contrafactuais e mostramos que a participação dos votos evangélicos nas eleições para o Congresso teria sido, em média, aproximadamente 20% menor se as igrejas fossem tributadas.

Referências

Aguirregabiria, V. e P. Mira (2007): “Sequential Estimation of Dynamic Discrete Games,” *Econometrica*, 75, 1–53.

Alves, J. E., S. Cavenaghi, L. F. Barros, e A. A. de Carvalho (2017): “Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil,” *Revista de Sociologia da USP*, 29, p.215–242.

Auriol, E., J. Lassebie, A. Panin, E. Raiber, e P. Seabright (2020): “God insures those who pay? Formal insurance and religious offerings in Ghana,” *The Quarterly Journal of Economics*, 135, 1799–848.

⁴ Mais precisamente, o resultado de interesse é a parcela de votos dos membros eleitos da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a bancada evangélica no Brasil.

⁵ Relacionado a esse resultado, Corbi e Komatsu (2019) documentam que a mídia religiosa complementa o efeito dos templos no aumento da adesão e participação política evangélica.

⁶ Esses achados estão em consonância com evidências de pesquisas que mostram que fiéis de denominações pentecostais são mais propensos a seguir as orientações políticas de suas igrejas do que fiéis de outras religiões. Veja pesquisa do Datafolha em <http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/12/25/evangelicos-catolicos-costumes/>.



Bajari, P., C. L. Benkard, e J. Levin (2007): “Estimating Dynamic Models of Imperfect Competition,” *Econometrica*, 75, 1331–1370.

Barro, R. J. e R. M. McCleary (2019): *The wealth of religions: the political economy of believing and belonging*, Princeton University Press.

Chaves, M. (2011): *American religion*, Princeton University Press.

Corbi, R. e B. Komatsu (2019): “The gospel according to the media,” mimeo.

Cragun, R. T., S. Yeager, e D. Vega (2012): “Research Report: How Secular Humanists (and Everyone Else) Subsidize Religion in the United States,” *Free Inquiry*.

Dunne, T., S. D. Klimek, M. J. Roberts, e D. Y. Xu (2013): “Entry, exit, and the determinants of market structure,” *The RAND Journal of Economics*, 44, 462–487.

Ericson, R. e A. Pakes (1995): “Markov-Perfect Industry Dynamics: A Framework for Empirical Work,” *Review of Economic Studies*, 62, 53–82.

Fan, Y. e M. Xiao (2015): “Competition and subsidies in the deregulated US local telephone industry,” *the RAND Journal of Economics*, 46, 751–776.

Hanson, G. H. e C. Xiang (2013): “Exporting Christianity: Governance and doctrine in the globalization of US denominations,” *Journal of International Economics*, 91, 301–320.

Iannaccone, L. R. e F. Bose (2010): “Funding the Faiths: Toward a Theory of Religious Finance,” in *Oxford Handbook of the Economics of Religion*.

Maican, F. G. e M. Orth (2018): “Entry regulations, welfare, and determinants of market structure,” *International Economic Review*, 59, 727–756.

McCleary, R. M. (2017): “Protestant Innovative Evangelizing to Oral Cultures in Guatemala,” in *The Oxford Handbook of Latin American Christianity*.

Pesendorfer, M. e P. Schmidt-Dengler (2008): “Asymptotic Least Squares Estimators for Dynamic Games,” *Review of Economic Studies*, 75, 901–928.

Pew (2006a): “Moved by the Spirit: Pentecostal Power Politics after 100 Years,” in *Pew Forum, USC Annenberg Knight Program in Media and Religion, and the USC Center for Religion and Civic Culture, Los Angeles, California. Lecture*.

——— (2006b): “Spirit and Power: a 10-country survey of Pentecostals,” *Tech. rep.*, Pew Research Center.

——— (2017): “Global Restrictions on Religion Rise Modestly in 2015, Reversing Downward Trend,” *Tech. rep.*, Pew Research Center.

——— (2018): “Being Christian in Western Europe,” in *Being Christian in Western Europe*.



Putnam, R. D., D. E. Campbell e S. R. Garrett (2012): American grace: How religion divides and unites us, Simon e Schuster.

Rennhoff, A. D. e M. F. Owens (2012): "Competition and the strategic choices of churches," American Economic Journal: Microeconomics, 4, 152–70.

Walrath, M. W. (2016): "Entry Models Applied to Churches: Could Protestants Use a Catholic Bishop to Solve Excess Entry?" The Journal of Industrial Economics, 64, 557–588.